

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 100

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 10 DE AGOSTO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Valdir Rossoni
Líder Oposição	Irineu Colombo
PTB.....	Ademar Traiano
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PMDB.....	Nereu Moura
PPB.....	Tony Garcia
PT.....	Hermes Fonseca
PDT.....	Edgar Bueno
PSDB.....	Sérgio Spada
PL.....	Pastor Edson Praczyk
PSL.....	Edno Guimarães
PST.....	Divanir Braz Palma

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 06: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE AGOSTO DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moisés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o senhor deputado Fernando Ribas Carli (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Assembléia recebe, hoje, com muita satisfação e até a pedido do deputado Marcos Isfer, o Colégio Curitibano Adventista de Boa Vista. Este colégio e seus alunos vem a esta Casa para prestar uma homenagem aos pais. Os recebemos com muita alegria, e, por favor, o tempo é de vocês.

(Colégio faz apresentação)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em nome da Assembléia Legislativa, agradeço a presença de vocês. Sejam sempre bem vindos. Quem canta reza duas vezes, portanto sentimo-nos orados, hoje.

Muito obrigado.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1480

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 228/99, item 10, em 1ª discussão, de autoria do nobre deputado Luiz Fernandes Litro, constante da ordem do dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 10.08.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1484

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, a Mesa Diretora, após ouvido o douto Plenário, concessão de licença sem remuneração a partir da Constituição Estadual, para tratar de assuntos de interesse particular. Desta data até o dia dois de outubro próximo, nos termos do parágrafo II do artigo 60 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 10.08.2000.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 1481

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do jornalista e radialista Rosildo Portela, ocorrido no último dia 09 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida Senador Souza Naves nº 665, apartamento 94, bairro Alto da Rua XV, CEP 80050-040, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 10.08.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Herma Brandão e Algaci Tulio

REQUERIMENTO Nº 1486

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada de Rosildo Portela, radialista esportivo falecido em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 10.08.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, em data de ontem, o senhor Rosildo Portela.

Com 57 anos, o senhor Rosildo Portela, era um radialista nato, tendo trabalhando por muito tempo em diversas rádios da nossa Capital, sempre como comentarista esportivo: Rádio Guaíracá, Rádio Paranaense e atualmente na equipe esportiva da Rádio Clube Paranaense.

Nosso Estado perde um grande profissional, nós perdemos um grande amigo e companheiro. Rosildo Portela nos deixou, deixando em nós uma lacuna insuperável de se preencher.

Deixa viúva a senhora Diva Portela e dois filhos.

À sua família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1487

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de pesar, à família do senhor Remy Mlynarczyk, extensivos aos seus filhos, genro e demais familiares, pelo falecimento da senhora Érica Plewka Mlynarczyk, ocorrido no último dia 08 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 10.08.2000.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A senhora Érica Plewka Mlynarczyk, esposa, mãe, companheira exemplar e batalhadora, líder comunitária da Paróquia São Braz, abnegada diretora da Escola Raoul Wallemberg, deixa uma profunda lacuna, não somente no seio de sua família e de sua comunidade, mas de todos os que lhe conheciam, pela sua abnegada luta em prol das pessoas que lhe conheciam e rodeavam.

REQUERIMENTO Nº 1485

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Brasil Telecom S/A - Telepar Brasil Telecom, no sentido de atender o pedido da senhora Lucimar Terezinha Nominato, residente à Rua Campina Grande do Sul nº 122 - Jardim Roma - município de Almirante Tamandaré, que pede a instalação e previsão de um terminal telefônico referente a inscrição feita através do CPF 024.062.889-60 em 01.09.1998. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 352-0495 (comercial).

Sala das Sessões, em 10.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1488

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de expediente às Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Transportes, ao Comando Geral do Corpo de Bombeiros, à Defesa Civil e ao Instituto Ambiental do Paraná solicitando veicular nos meios de comunicação, campanhas imediatas de prevenção de incêndios, passíveis em decorrência das geadas.

Requer ainda que, da decisão, sejam cientificados os Excelentíssimos senhores vereadores Flávio Anselmo Vedovato (presidente), Beto Scaff (1º secretário), Carlos Kita, Major Adalberto Pereira, Antenor Ribeiro, Santa Rosa, Roberto Kanashiro e Tercílio Turini, à Câmara Municipal de Londrina.

Sala das Sessões, em 10.08.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Após as sucessivas geadas que dizimaram o verde do solo paranaense, o Estado tornou-se presa fácil dos vorazes incêndios que costumam recrudescer após longos períodos de estiagem ou geadas.

Medidas urgentes de prevenção devem ser tomadas, pois na situação em que o Paraná se encontra, a ocorrência de incêndios às margens de estradas, lavouras e reservas ambientais poderá inviabilizar as medidas emergenciais para fazer frente aos grandes prejuízos herdados das geadas.

Nesse sentido, é mister que o governo estadual, através de suas secretarias de Estado e órgãos específicos, crie campanhas de prevenção de incêndios para veicular imediatamente na imprensa escrita, falada e televisionada, que permitam a mobilização de todos os paranaenses para evitar mais catástrofes ao nosso Estado, sobejamente castigado nos últimos meses.

Com a conjugação dos esforços na esfera governamental, temos a certeza do ressurgimento exuberante das nossas lavouras, pois contamos com a alegre e diligente têmpera do nosso povo, que consagrou o Paraná como uma das mais cintilantes estrelas dessa constelação chamada Brasil.

REQUERIMENTO Nº 1483

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e em observância ao disposto na Lei nº 8.358, de 05 de setembro de 1986, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado do Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura, solicitando as seguintes informações e documentos sobre as obras Canal do Parque da Barragem e Portal de Foz, no município de Foz do Iguaçu, realizadas pela referida secretaria:

a) envio de cópia integral e autêntica de todas as peças que compõem a licitação desde a publicação do edital até a ata ou termo de minuta de contrato e seus aditivos das obras acima citadas;

b) programa de pagamentos efetuados, com seus respectivos valores das obras do Canal do parque da Barragem e do Portal de Foz;

c) projetos básicos de execução das obras;

d) se no caso do Portal de Foz a obra já foi integralmente paga e se já foi concluída;

e) se os prazos de conclusão das obras foram cumpridos.

Sala das Sessões, em 10.08.2000.

(a) CHICO NOROESTE

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 255/00

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Certificado de Responsabilidade Empresarial - CRE, que será conferido anualmente a empresas estabelecidas no Estado do Paraná, que apresentarem Balanço Social do exercício imediatamente anterior.

Parágrafo Único - Para fins do exposto no *caput*, as empresas deverão encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Balanço Social até o último dia do mês de junho do ano seguinte ao de referência.

Art. 2º - Para o entendimento desta lei considera-se Balanço Social o relatório pelo qual as empresas apresentem resultados de atuação social positiva durante o exercício, devendo constar, entre outros itens: qualidade de suas relações com empregados; cumprimento das cláusulas trabalhistas e sociais; participação dos trabalhadores nos resultados econômicos; possibilidades de desenvolvimento pessoal; formas de interação da empresa com as entidades sociais da comunidade; iniciativa voltada a preservação do meio ambiente; investimento em curso de motivação pessoal e capacitação profissional de seus funcionários.

§ 1º - O Balanço Social de que trata o *caput* será assinado por contador ou técnico em contabilidade devidamente habilitado ao exercício profissional.

§ 2º - Os dados financeiros constante do Balanço Social deverão ser extraídos das respectivas demonstrações contábeis elaboradas na forma da legislação.

Art. 3º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tornará pública a relação das empresas que apresentarem Balanço Social, nos termos desta lei, outorgando-lhes o Certificado de Responsabilidade Empresarial - CRE.

Parágrafo Único - O Certificado de Responsabilidade Empresarial - CRE será entregue em Sessão Solene do Poder Legislativo Estadual, podendo ser entregue a várias empresas em uma única sessão.

Art. 4º - A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná constituirá comissão mista, contando com a participação de entidades sociais e empresariais de âmbito estadual, para planejar e organizar o evento anual com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência.

Art. 5º - As despesas decorrentes da presente lei serão custeadas pelos recursos orçamentários próprios da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.08.2000.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa tem o intuito de valorizar as empresas paranaenses que cumprem certa função social, para com seus trabalhadores e com a própria comunidade. Trata-se de experiência vitoriosa em outros Estados, que tem principalmente o objetivo de propagar as boas ações desenvolvidas por determinadas empresas para que outros sigam o mesmo caminho e o conjunto melhore cada vez mais.

Por todo o Paraná, inúmeras empresas desenvolvem as obrigações e iniciativas que disponibilizamos no artigo 2º, do projeto de lei em análise, porém isto nem sempre é reconhecido e divulgado para que outras empresas possam se espelhar nos bons exemplos e passarem também a realizar boas ações. Neste sentido, pretendemos que a nossa iniciativa se transforme em mais um instrumento de valorização dessas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TÚLIO

Senhor presidente e senhores deputados, nossos visitantes, a manhã desta quinta-feira, para nós que somos homens da imprensa, amanhece de luto. Venho à Tribuna, senhor presidente, com muita dor no coração para transmitir aos demais companheiros, da nossa dor e nossa tristeza pelo passamento de uma figura - e não é porque morreu, porque geralmente quando morre todo mundo vira bom - mas, porque realmente era uma figura extraordinária, o companheiro Rosildo de Lima Portela. Narrador de futebol, veio do RS, plantou-se aqui em Curitiba, no tempo ainda da Rádio Guiracá, tempo ainda do companheiro Jamur Júnior, Wiliam Sade, tempo em que a Rádio Guiracá ficava na Barão do Rio Branco, ao lado das antigas lojas Hermes Macedo, ao lado do estúdio

da Rádio Clube Paranaense, também. E veio fazer uma escola no rádio esportivo do Paraná. Um locutor totalmente diferente, irreverente, brincalhão, um locutor que criava frases de efeitos durante as transmissões e que o jogo, pior que fosse, que fosse uma pelada se transformava num grande espetáculo. Aluno de Fiori Giliotti, que era locutor da Rádio Bandeirantes, o companheiro Rosildo Portela só angariou amigos aqui em Curitiba. E passando pela Rádio Guairacá, passou também pela Rádio Paraná, onde durante 17 anos tinham um programa matinal. E estava fora da narração esportiva por algum período. E com a formação de uma nova equipe esportiva na Rádio Clube Paranaense o Rosildo foi convocado pelo pontagrossense, pelo amigo Osires Ladal. E no último domingo havia transmitido o jogo entre a equipe do Malutron e o Jet Jundiaí, da cidade de São Paulo. Estava retornando e ele dizia: “preciso entrar em forma porque eu quero transmitir o jogo do Coritiba e do Atlético”. Estava cheio de entusiasmo o companheiro Rosildo Portela.

E ontem à tarde juntamente com o companheiro Edson Pereira, o popular Pereirinha e juntamente com Ivan Vinícius - comentarista, seguiram para a Cidade de Bandeirantes, onde durante a tarde transmitiram para a Rádio Clube Paranaense o jogo em que o Malutron, foi derrotado pelo Bandeirantes por 02 x 01. E no retorno à noite, ao passarem pela cidade de Castro, durante um período que chovia bastante e as informações ainda não são completas, um caminhão teria jogado o automóvel que eles ocupavam para fora da estrada, capotou várias vezes, e o companheiro Rosildo Portela, lamentavelmente, teve morte instantânea ao ser praticamente esmagado pelo automóvel. O companheiro Édson Pereira está internado no Hospital Santa Casa de Ponta Grossa, da mesma forma o companheiro Ivan Vinícius, todos com ferimentos graves, com algumas seqüelas que lamentavelmente poderão ficar para esses companheiros.

Rosildo Portela, e eu aqui posso dizer, convivi durante muitos anos com ele, trabalhamos juntos em várias equipes esportivas, ele tinha, como eu disse, algumas frases que o tornava diferente dos demais narradores, uma delas, por exemplo, ele falava assim quando a bola entrava no gol: “Está lá, está lá dentro, lá onde o vento encosta o cisco”. Essa era uma frase tradicional do Rosildo Portela. “Lá, lá, onde o vento encosta o cisco”. Ou, então, depois de uma outra informação, quando o repórter entrava ele dizia: “Mergulhado nos acontecimentos.” Então, eram frases diferentes que eram criadas pelo companheiro Rosildo Portela, e uma até engraçada, um fato que aconteceu e recentemente o companheiro Malu Maluceli, do Jornal a Gazeta do Povo, acho, lembro esses dias, eu não sei se o Jabur também lembrou no seu livro, mas um fato realmente interessante que aconteceu na vida dele: Rosildo Portela e Nestor Batista no Beira Rio, preparando-se para transmitir um jogo do Internacional com um time de Curitiba, não me lembro se era Atlético

ou Coritiba. No início do rádio tinha dificuldades, onde se levava uma mala muito grande que era o amplificador, o equipamento com microfone e tudo mais. E lá no Beira Rio plugando o equipamento, aquela coisa toda, não dava certo, o som não chegava em Curitiba. Quantas e quantas vezes o narrador falava: “Vou contar até cinco, até dez e seja o que Deus quiser, e vou começar a transmitir se vai chegar em Curitiba, aqui de Ponta Grossa para Curitiba, do interior. Era uma dificuldade terrível, quando o rádio não tinha ainda esse progresso das telecomunicações e tudo mais.

Então, os dois se debatendo para arrumar, para encaixar, para ver se entrava, com fome de ouvido, não escutavam nada e tal, de repente saiu o gol lá em Porto Alegre. E eles não ouviram o gol, não puderam narrar, porque não estava dando. Aí quando voltaram, quando conseguiram fazer o contato com o estúdio em Curitiba, eles ouviram a voz do plantão: “Atenção, Rosildo, gol”.

“- Gol onde, Cleina”.

“- Aí no Beira Rio”.

Quer dizer, o gol aconteceu no Beira Rio, eles não ouviram o gol, não puderam narrar o gol. Esses são os fatos interessantes que aconteceram na carreira desse companheiro extraordinário, o Rosildo Portela.

Então, perde o rádio do Paraná, perde a imprensa esportiva, ele que era cidadão honorário de Curitiba, ele que era funcionário da Prefeitura Municipal de Curitiba, e durante as minhas duas gestões como vice-prefeito foi funcionário do meu gabinete. Perdemos um grande companheiro, membro da Associação da Imprensa, da Associação Esportiva do Paraná.

O corpo do Rosildo deve estar chegando, neste momento, em Curitiba, vai ser velado na Câmara Municipal e o sepultamento será às 17 horas no cemitério Parque Iguaçu.

Era um coxa branca doente, vibrava mais do que nunca com o seu Coritiba.

Então, fica aqui, senhor presidente, esse registro desse fato lamentável. Exatamente ontem o companheiro Lombardi Júnior, que também era da escola Fiori Juriotti e da qual também o Rosildo era dessa escola, também completava, me parece, ontem, 10 anos da sua morte e ontem a morte do companheiro Rosildo Portela.

Que Deus o tenha no lugar que ele realmente merece, porque ele só angariou amigos, só fez amizades, foi realmente uma pessoa extraordinária.

Fica aqui a nossa solidariedade à família, a sua esposa, D. Diva Portela e dois filhos que ele deixa para que evidentemente continuem a sua vida e a sua história.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Assembléia evidentemente que irmana-se ao sofrimento e ao discurso do companheiro, deputado

Algaci Tulio, e grande radialista, conhecido de todos nós, Rosildo Portela.

Deputado Nereu Moura com a palavra.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Subo à tribuna hoje, para fazer um comentário em relação a prorrogação das CPI's que esta Assembléia já apreciou e está apreciando. Nós da Oposição, coerentemente com a nossa posição política estamos votando contrário a prorrogação dessas CPI's. E ontem, senhor presidente, Vossa Excelência colocou do lugar de onde Vossa Excelência preside as sessões a importância de fazermos aqui nesta Casa uma discussão ou não da conveniência ou não da prorrogação destas CPI's.

Acho, senhor presidente, que estes dois pedidos que estão na Mesa para serem apreciados deveriam ser retirados da pauta para fazermos uma reunião para avaliarmos da conveniência ou não de prorrogar estas CPI's. Temos dados, temos números que indicam uma posição contrária. Não temos colocado aqui neste Plenário porque ainda estamos aguardando o momento oportuno para mostrar que algumas destas CPI's na verdade, segundo relatos que possuímos, segundo dados que temos, na verdade deveriam encerrar seus trabalhos prontamente e dar espaço para que esta Assembléia pudesse verificar e averiguar outros assuntos e assuntos não faltam, senhor presidente, assuntos os mais graves, de repercussão extraordinária no seio do Paraná.

Estamos aí verificando o escândalo da Banestado Leasing, trezentos e quarenta e três milhões de reais desviados, emprestados irresponsavelmente, sem critério para empresas fantasmas, para pessoas com CPF's falsos, empresas que não existem e o Ministério Público da forma mais competente possível acabou desvendando esta situação nebulosa que envolve o governo do Paraná. Trezentos e quarenta e três milhões de reais, como disse daqui o deputado José Maria Ferreira, significa quase duas vezes o valor do escândalo envolvendo o juiz Lalau que desviou 169 milhões de reais da construção do prédio do TRT de São Paulo. E por isso o senador Luiz Estevão foi cassado, o juiz Lalau está foragido e há uma série, uma outra frente de batalhas jurídicas para punir pessoas envolvidas como o próprio secretário geral da Presidência da República, o Dudu, Eduardo Jorge. Nada a ver com o Dudu, nosso eficiente funcionário aqui desta Casa.

Mas, senhor presidente, quer dizer, por muito menos o Brasil está aí atônito com este escândalo, as bolsas caem no Rio de Janeiro e São Paulo e aqui no Paraná nós, a Assembléia Legislativa, até a presente data, pacientemente, vê o escândalo envolvendo pessoas, diretores, políticos, secretários do governo Jaime Lerner, secretário de Estado, que depois de ter saído da Banestado Leasing foi promovido ao cargo de secretário de Estado de Esporte do Paraná. Está aí, e nós infelizmente até agora nada fizemos para ajudar a esclarecer essa situação.

Temos outros assuntos que merecem uma análise criteriosa por parte desse Poder. E, no nosso entendimento, não obstante os assuntos que estão sendo abordados pelas CPI's, assuntos que merecem também a preocupação desta Casa, mas no nosso entendimento não tem a prioridade que esses assuntos que estão ficando de lado, à margem, possuem nesse instante. O caso por exemplo das denúncias envolvendo o secretário do Meio Ambiente, Itoshi Nakamura, que foi condenado pelo Tribunal de Contas do Paraná a devolver ao erário mais de vinte milhões de reais, segundo o Tribunal de Contas por má conduta na gerência do dinheiro público, obras superfaturadas e inacabadas.

Temos, senhor presidente, o caso ontem ventilado pela imprensa envolvendo a Copel, que beira à casa de cem milhões de reais, numa transação esquisita, absolutamente esquisita, são oito ações que uma empresa de Curitiba moveu contra a Copel, uma com resultado final, as outras todas no início; e a Copel, na véspera de uma eleição, procura um acordo repassando mais de noventa milhões para esta empresa.

Temos o derramamento de óleo no Rio Iguaçu, a poluição do Rio Iguaçu, a morte líquida e certa dos nossos rios que cortam Curitiba, e que se esparrama pelo Paraná essa mesma desgraça.

Temos o problema do aniquilamento da estrutura policial do Paraná com corte de combustível, viaturas paradas, corte de papel higiênico, de alimentação para os presos. E a Segurança Pública num verdadeiro desmonte por parte do governo do Estado do Paraná. Uma situação que preocupa.

Segundo pesquisa feita em Curitiba pelo Instituto Banilha hoje a Segurança Pública é o segundo item de preocupação da população de Curitiba, atrás apenas do desemprego, mostrando a situação perversa e cruel deste lado ineficiente também da estrutura do Estado que deveria estar colocada a disposição da população do Paraná.

Por isso, senhor presidente, antes de fazer a conclusão...

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Depois, agradeço seu aparte. Mas vou dar aqui rapidamente algumas respostas, e é natural, e entendo a sua posição, jamais poderia esperar de Vossa Excelência que subisse à tribuna e fizesse aqui elogios ao governo, ao qual Vossa Excelência faz oposição sistemática. Quanto a questão da Banestado Leasing quero dizer que o Ministério Público chegou aonde chegou por determinação do governador do Estado, foi aberto uma sindicância interna, foram apurados os fatos foi quebrado o sigilo bancário, foram punidos funcionários e, por isso, com esses documentos levantados nessa sindicância foram entregues ao Ministério

Público. Cabe ao Ministério Público punir os verdadeiros responsáveis.

Essa é a resposta que temos quanto a questão da Paraná Leasing. O governo no momento exato tomou as medidas, determinou a sindicância, apurou e encaminhou a documentação à Justiça. Agora, esperamos que justiça se faça.

Quanto a questão da Copel é importante dizer de que essa é uma ação oriunda, não do governo Jaime Lerner. Essa é uma ação oriunda de governos anteriores e que tem várias ações uma idêntica a outra. Uma ação dessas já foi divulgada e a Copel perdeu essa ação. Se somadas todas essas ações dariam um volume muito maior. A Copel fez uma consulta ao Tribunal de Contas e este deu um parecer favorável, achando que seria bom e lucrativo para a Copel fazer um acordo. A Copel está fazendo esse acordo em cima de um parecer do Tribunal de Contas, em cima de uma decisão da Justiça, de uma primeira ação julgada, onde a empresa foi a ganhadora da ação, as outras ações são todas idênticas - é importante que se diga isso.

Não foi o governo Jaime Lerner que não acertou as contas na construção do desvio do Rio Jordão, dizendo de que quem não fez o ajuste de contas no momento exato não foi no governo Jaime Lerner - a origem da ação não foi no seu governo. Estamos, neste momento, respeitando uma ação da Justiça e salvaguardando os interesses da Copel, para que os custos sejam menores. Essa é a nossa visão e a explicação que temos dado à opinião pública. A negociação feita pela Copel é em cima de um parecer do Tribunal de Contas. Isso é importante que se diga, para ficar claro que se alguém está fazendo algo irregular, aqui, não sei quem é, porque o Tribunal de Contas é o órgão responsável para dar pareceres de medidas, que empresas públicas devem tomar.

O terceiro item que gostaria de responder a Vossa Excelência, aí, sim, lamento: o derramamento de óleo de Araucária, trazendo um prejuízo muito grande ao meio ambiente e ao nosso querido Rio Iguaçu. Sou o deputado do Rio Iguaçu - começo a ter votos, aqui, em São Mateus do Sul e termino, lá, em Quedas do Iguaçu, tendo pelo menos vinte prefeitos, que trabalham comigo, juntos, nesses municípios - e sei do prejuízo.

Vossa Excelência quer atribuir este problema de derramamento de óleo ao governador Jaime Lerner - quero dizer que lamento que ele não estava lá no exato momento, para desligar aquela bomba, porque certamente o governador desligaria e não deixaria acontecer esse desastre ecológico que lá ocorreu. Lamento ter que discordar de Vossa Excelência, mas vou defender até a morte que Vossa Excelência faça críticas ao governo, dando-nos a oportunidade de fazer a defesa dessas questões.

Não temos nada a esconder. Prova disso está, aqui, a atitude nossa, ontem, quanto a questão do saneamento do Banestado. Foi uma proposta da liderança do governo,

uma proposição do secretário da Fazenda, se colocando à disposição dos senhores parlamentares, para esclarecer qualquer dúvida a eles quanto ao saneamento do Banestado. Todos sabemos que os problemas do Banestado não são oriundos de apenas um governo. Isso pode ser esclarecido no momento em que os senhores parlamentares quiserem.

Estão respondidas as quatro questões. Que Vossa Excelência me dê o direito de discordar de vossas críticas e coloco aqui o lado do governo, as explicações do governo. E nós que temos a obrigação de esclarecer a opinião pública, discordamos totalmente das vossas críticas mas defendemos o vosso direito de criticar.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA

Obrigado, deputado Valdir Rossoni, Vossa Excelência que é um bom deputado tem se destacado, aqui na Assembléia, na defesa de suas causas, não precisa ter cerimônia para colocar com clareza suas opiniões, porque nós entendemos e respeitamos a sua posição, muito embora delas divergimos.

Com relação a questão do Banestado Leasing, no mandato passado, lembro-me muito bem, que, desta Tribuna, foram levantados diversos fatos atestando a falta de seriedade na administração daquela vinculada do Banestado, do conglomerado Banestado. E quando nós esperávamos que o governador Jaime Lerner punisse os responsáveis, o que fez o governador? Nomeou o presidente da Banestado Leasing para secretário de Estado! Promoveu o demitido presidente, que Deus o tenha em bom lugar, falecido, seria bom estivesse vivo, mas promoveu o ex-presidente da Banestado para secretário de Estado.

E aí mostra, claramente, para todos, que havia conluio, que havia, na verdade, o consentimento do governo do estado com aquilo que estava acontecendo na Banestado Leasing. Por isso, senhor presidente, este é um assunto que a Assembléia deveria, com certeza e na nossa opinião, averiguar com profundidade, buscar a verdade e saber, ao certo, até para dar aqui o nosso aval ao governador Jaime Lerner que ele, efetivamente, nada sabia do que estava ocorrendo no seu governo. Que 343 milhões de reais estavam sendo jogados no ralo da corrupção da imoralidade e o governador nada sabia! Gostaria de subir aqui nesta Tribuna para atestar isso e dizer: - Olha, efetivamente o governador Jaime Lerner não sabia! Ele pode se considerar o marido traído porque seus assessores, as pessoas que lhe deviam lealdade afirmam de má fé, mas o governador não tem culpa por isso! Por isso é importante que nós façamos esta avaliação.

Outro ponto, com relação a Copel, eu ouvi as explicações do presidente da Copel ontem, na televisão, hoje li nos jornais mas pairam dúvidas. Porque se lá nos governos anteriores, uma empresa que já é conhecida do povo do Paraná e por muito menos pessoas ligadas a esta empresa cassaram um governador do nosso Estado, por

muito menos! Quer dizer, abriram, entraram na Justiça buscando alguns direitos que julgavam ter, é legítimo, é incontestável, não interessa que tenha entrado no governo de A, B, C ou D. É incontestável o direito de qualquer cidadão buscar, na Justiça, algo que julga que tenha direito. Agora, não é recomendável a quem administra o dinheiro público, não é correto que alguém que administra o dinheiro público fazer acordos que não sejam transparentes, fazer acordos. Porque o dinheiro não é deles, o dinheiro é do povo do Paraná! Por isso nós temos dúvidas em relação a este acordo.

E eu queria, senhor presidente, no final eu vou aqui encaminhar o meu pronunciamento onde quero chegar em relação ao problema da Copel. Não vou adiantar o problema da Sercomtel. Que também está gerando dúvidas no Ministério Público do Paraná, na Câmara de Londrina e a sociedade tem dúvidas com relação a esta situação.

Quando falo do governo é o governo Jaime Lerner. O povo do Paraná não elegeu Nakamura para secretário do Meio Ambiente. O povo do Paraná elegeu Jaime Lerner para governar o Estado. O que ocorre de errado e de certo é de responsabilidade do governador. Ouvi ontem o deputado Hermas Brandão, com muita propriedade, elogiar o governador pelo programa do café, quando recebeu incentivo de 2 milhões e oitenta mil reais para gerar 150 mil empregos na agricultura do Paraná. Isso foi atribuído ao governador Jaime Lerner. É só a parte boa que lhe interessa, aquilo que é bom, que a população gosta de ver? Os erros não são culpa dele? Tudo que ocorre no governo é de alçada, de responsabilidade do governador Jaime Lerner, porque o povo do Paraná elegeu-o para governar o nosso Estado. E os erros são culpa dele, como também os acertos.

Com relação ao derramamento de óleo, o ministro José Sarney Filho disse à imprensa brasileira que a culpa era do governo do Paraná, porque a responsabilidade da fiscalização é do governo do Paraná. Não sou eu que estou dizendo. Estou repetindo o que falou o ministro do Meio Ambiente. A contestação tem que ser dirigida ao ministro. Está certo que o governo federal diz que é do governo do Estado e vice-versa, mas quem fica com o prejuízo é o nosso meio ambiente, os nossos rios e a nossa população.

Nós aqui da Assembléia poderíamos estar investigando isso. Investigando para sabermos de quem é a culpa. É o governo federal ou o governo do Estado? Quem paga por isso?

Concedo um aparte ao deputado Cleiton Kielse.

O Sr. Cleiton Kielse

Respeitamos a sua posição e sabemos da sua preocupação em todos esses assuntos. Com relação ao assunto Petrobrás acompanhamos durante 20 dias pessoalmente esse assunto como presidente da Comissão do Meio Ambiente. Estivemos com o ministro José Sarney Filho, com toda a equipe Repar, toda a equipe Petrobrás Nacio-

nal. Estivemos dentro de barcos no Rio Iguaçu. Acompanhamos os sistemas que foram montados em parceria com a nossa comissão. Montamos uma equipe junto a Secretaria de Meio Ambiente. Estivemos junto com o secretário, o diretor e superintendente do IAP, com presidente do Ibama. Verificamos o que ocorreu no paralelo a questão do vazamento que a imprensa noticiou que foram 4 milhões de litros dentro do Rio Iguaçu, foram apenas 1 milhão e 300 mil litros que também é uma quantidade absurda. E hoje temos 98% desse óleo já retirado do Rio Iguaçu e Barigüi. Em consequência disso tivemos, não só esse conflito na área ambiental, mas tivemos um encontro real com a ação do governo do Estado. Venho lhe dizer que o governo do Estado foi muito eficiente. Não só a Petrobrás, mas o próprio ministro do Meio Ambiente está falando isso talvez, pelas ações que nós tomamos em cima do Meio Ambiente. Porque a Petrobrás é uma empresa de economia mista com controle federal que nunca deixou o governo do Estado entrar nas suas instalações, para mostrar realmente como deveria ser feito o controle preventivo de todos os canais de oleoduto que nós temos no Estado do Paraná.

Hoje nós temos isso, nós temos uma ação do governo do Estado, uma ação do secretário do Meio Ambiente. Do diretor superintendente do IAP - doutor Andriguetto, do presidente do Ibama do Estado do Paraná, para mostrar que a Petrobrás ou abre as portas ou fecha as portas do Estado do Paraná.

Eles abriram as portas.

O próprio ministro foi muito claro naquela dia, quando nós conversamos pessoalmente com ele. Ele disse: deputado a ação do Paraná está sendo eficiente, só que nós deveríamos ter tido uma ação preventiva quanto a isso.

Eu disse: Sim ministro se a Petrobrás deixasse o governo do Estado entrar antes aqui, nós teríamos abertura para isso.

Hoje, nós temos pelo pessoal do superintendente do Estado do Paraná doutor Luiz Eduardo, abertura total da Petrobrás, para termos um controle preventivo e paralelo as ações ambientais.

Por isso eu não posso realmente deixar o senhor falar nesse sentido, que não houve uma ação da Assembléia.

A Assembléia esteve presente vários deputados estiveram lá, deputado Algaci, deputado Pessuti, deputado Caíto e outros parlamentares.

Houve realmente uma negligência da ação técnica da Petrobrás, mas não posso aceitar que não houve uma ação positiva do governo do Estado.

O SR. NEREU MOURA

Está certo, quero parabenizar Vossa Excelência pelo trabalho. Acho o senhor um deputado esforçado, tem procurado cumprir aqui o seu mandato com muita altivez, mas discordo do seu pronunciamento.

O fato deputado Kielse que deu para ver a olhos luz na televisão a destruição dos afluentes e do Rio Iguaçu, dois milhões e quinhentos mil litros de esgoto jogado no Rio Iguaçu todos os dias. Além de outras peripécias que destroem a vida deste rio. Também é culpa de quem? É a cidade ecológica, é o Paraná ecológico, que cuida do meio ambiente, de quem é a culpa? Aí vamos dizer que o governo é competente, que age com rigor, que pune, que tem programas de saneamento. Ora, não dá para esconder a verdade. A verdade é que esse setor é ineficiente, não existe, o que existe é a propaganda somente isso.

Concedo o aparte do deputado Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo

Faz um belo pronunciamento esta manhã, faz uma avaliação com bastante competência da situação que vemos no Estado.

Quero colaborar com Vossa Excelência com duas avaliações: primeiro, o derramamento do petróleo, por parte da Petrobrás levantou o drama em que a Bacia do Iguaçu, bacia porque envolve outros rios, que para lá jogam detritos, restos industriais assim por diante.

Dá 20% do que a Sanepar recolhe, que é uma empresa gerenciada pelo governador do Estado, 20% do que a Sanepar recolhe da “Cidade Ecológica” é jogado no Rio Iguaçu, segundo dados da Associação do Meio Ambiente e outras entidades ambientais como a Rede Verde. Não é tratado e jogado.

Não existe um procedimento de acompanhamento da população da Ribeirinha com relação ao acompanhamento dos lixos que são jogados fora.

Não sei se é ironia, quiseram homenagear o time de futebol do Paraná de uma forma muito ingrata, porque a poucos dias tiveram uma mancha vermelha mercúrio alguma coisa assim, metal pesado no Rio Barigüi, uns dias depois uma mancha verde. Então essa homenagem nós não aceitamos para os nossos times de futebol poluindo os rios. Isso não tem nada haver com a Petrobrás, tem haver com a eficácia do governo do Estado que tanto apregoeou a Ecologia.

Então essa homenagem ao Atlético, nosso querido presidente Nelson Justus ou do Coxa, do falecido Portela do qual o Algaci Tulio faz a homenagem, nós não queremos ter.

Pode ter outras manchas mas essa nos não aceitamos.

Por outro lado, deputado, vale a pena lembrar com relação à Copel o que Vossa Excelência fala. A empresa C.R. Almeida, beneficiária de um acordo de um pagamento que, segundo informações, do Sindicato dos Urbanitários, vale mais que a obra executada efetivamente. E vale mais que as custas judiciais pagas. Ela está tendo efetivamente lucro neste acordo, a C.R. Almeida. A mesma C.R. Almeida que deu um desfalque no Banestado e o Banestado tem créditos que já dá como perdidos

junto à C.R. Almeida. O governo deveria chamar essa empresa e fazer um encontro dessas contas, quem sabe juridicamente, para colocar no Banestado os recursos da C.R. Almeida antes de liberar se for o caso, esses recursos acordados.

O SR. NEREU MOURA

Concedo aparte ao deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário

Muito obrigado.

Gostaria apenas, deputado, com respeito à Banestado Leasing dizer o seguinte. Na minha opinião o governador do Estado não tem participação nenhuma, culpa alguma. Vou dizer porque. Sou político, tenho uma empresa constituída, sem qualquer problema naquela época: não tinha título protestado, não tinha Seproc, não tinha nada. E pleiteei um financiamento de leasing no Banestado para equipamentos. E obtive informações dos bastidores debaixo, de que o leasing estaria à disposição não de políticos. Que governador, deputados não tinham absolutamente nada que intervir ou solicitar. Dizia o seguinte: Estou solicitando como empresário, não estou querendo a participação e o fortalecimento de qualquer ala política. Aí o cidadão lá, os diretores da época não me atenderam e acabei sabendo que ali, realmente, o que gerenciava não era o poder político, mas sim o poder da propina. E não consegui o financiamento, consegui em Banco particular através do leasing.

Quero dizer que o que aconteceu com o leasing isenta o governador. Visto que o governador ele determina e ele nomeia pessoas para serem responsabilizadas pelos atos que cometem. Seja presidente do Banco, seja secretário, seja diretores etc. Se o governador, o presidente da República, prefeito são responsáveis porque receberam o voto para gerenciar a coisa pública. Mas se forem responsáveis pelas corrupções que estão espalhadas por aí, o presidente da República com o caso do Lalau teria que ter entregue o cargo e já deveria estar preso também.

Então não podemos, agora, com este caso do Leasing do Banestado, jogar a culpa em cima do governador. Visto que o grande problema do Banco do Estado além do leasing, aconteceu em governos anteriores. Grandes empresas de São Paulo e de outros Estados conseguiram fortunas incalculáveis em empréstimos, passados 20 anos não pagaram absolutamente nada e está tudo bem! Isso não aconteceu no governo Jaime Lerner. Só queria dizer para Vossa Excelência, a minha revolta, porque fui um dos que fui punido porque não participei da jogatina da propina. Por isso não consegui o financiamento do leasing do Banestado naquela época. Agradeço o aparte e quero terminar dizendo: para resolver essas questões de Bancos como o Banco do Estado só tem uma solução: o Banco não poder ser usado da forma que está. Por isso sou a favor da privatização do Banco imediatamente, porque, neste momento, alguém está fazendo a mesma

coisa que já foi feita em anos anteriores em cima do Banestado.

O SR. NEREU MOURA

Meu querido amigo deputado Geraldo Cartário, volto a discordar de Vossa Excelência. A culpa é sim do governo do Estado, a culpa é do governador. Porque fizemos a denúncia, aqui, na Assembléia, recorde-me muito bem: deputado Ângelo Vanhoni, deputado Luiz Cláudio Romanelli denunciando o desmando existente na Leasing. Era do conhecimento do governador. Mas, qual foi a atitude? A atitude foi premiar o presidente da Leasing da época como secretário de Estado do Governo! Como a dizer: Tudo o que você fez lá eu assino embaixo, tudo o que você fez é correto, venha para cá, mais perto de mim, para ser o meu secretário do Esporte e Turismo do governo do Paraná. E lá na secretaria ficou outro escândalo... os Jogos da Natureza. Outro escândalo que temos que investigar. Por isso, não dá para a gente aceitar, o governador não sabia. Temos informações, denúncias, dossiês foram entregues na mão do governador sobre o escândalo da Leasing.

E para concluir, senhor presidente, a CR Almeida deve ao Banestado 45 milhões e meio da dívida da CIC, poderia muito bem o governo tem feito, usado a Copel, já que a Copel é uma empresa de economia mista, como o Banestado também, e ter feito um acerto de contas se tivesse que pagar essa imortalidade.

E para concluir, queria pedir a Vossa Excelência, Vossa Excelência ontem fez um pronunciamento e gostei da sua proposta, vamos discutir a prorrogação dessas CPI's, senhor presidente, tem algumas que até justifico a prorrogação. Agora, outras não cabem, sob pena de nós dessa Assembléia Legislativa caírmos num inteiro descrédito junto a opinião pública. Por isso, nós da Oposição temos votado contra a prorrogação de todas, até para sermos coerentes com a nossa posição. Mas, não procuramos aqui desgastar nenhum companheiro, não procuramos aqui tornar veemente a nossa posição, apenas estamos usando, pegando a deixa de Vossa Excelência para que na segunda-feira, terça-feira a gente faça uma reunião das Lideranças para fazermos uma avaliação melhor sobre a prorrogação de algumas CPI's, a fim de que a gente possa abrir espaço para investigar outros assuntos que na nossa avaliação são importantes e interessantes.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela Ordem, o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado e do Narcotráfico, quero dizer a Vossa Excelência que quando indicado fui para

ser o presidente dessa Comissão, até volto a repetir a minha revelia, tenho procurado cumprir com a minha obrigação, procurado fazer com que a CPI realmente mostre para que veio. Não posso admitir, senhor presidente, e até entendendo a sua preocupação, de discutir a questão de algumas prorrogações. Agora, entendendo eu como presidente e membros da CPI, eles são quem decidem se prorrogam ou não. E além do mais, senhor presidente, me proponho na semana que vêm a discutir com Vossa Excelência e com os demais Presidentes, sim, se é por 30, 60 ou alguma outra forma de conduzir o trabalho. Agora, o que não posso admitir é que aqueles que se omitiram, aqueles que não participaram, que saíram da CPI queiram discutir a seqüência ou não da CPI. Não admito em hipótese alguma, senhor presidente. Admito, sim, sentar com os demais presidentes e com Vossa Excelência para discutir algumas questões das CPI's. Agora, que venham as Lideranças da Oposição que não participaram, que saíram das CPI's, querer discutir se prorroga ou não, não admito essa forma de se fazer colocação aqui.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas para esclarecer de uma vez por todas...

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, o Paraná já sabe os motivos pelos quais não participamos da CPI, não queríamos aqui deixá-los expostos novamente até para não criar constrangimentos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente, deputado, não há Questão de Ordem.

Quero deixar bem clara a posição da presidência da Mesa: não queremos polemizar dessa questão da prorrogação ou não das CPI's, todas elas, sem exceção, até então cumpriram com seu papel de maneira extraordinária. Posso andar por aí dizendo que estas CPI's não terminaram em "pizza". Na minha concepção, as CPI's têm um objetivo: dar uma contribuição às instituições permanentes desta Casa. Em hipótese alguma vamos sair por aí tentando prender este ou aquele ou criar qualquer tipo de fato novo, que não seja de conhecimento da sociedade ou apurar alguma coisa que não esteja no Ministério Público e assim por diante. A Assembléia vai dar uma contribuição para as instituições permanentes. De que maneira? Ao cabo de todas estas sessões, investigações e de todo o trabalho das Comissões Parlamentares de Inquérito, através de uma entrevista coletiva entregar estes relatórios ao Ministério Público, à Secretaria de Justiça, ao Poder Executivo, enfim, ao Poder Judiciário. Esta foi a nossa intenção ao criarmos estas CPI's.

Ora! Dizer que cada uma delas não deu sua contribuição extraordinária, dentro daquilo que nos foi possível, é negar o ululante óbvio. Esquecer que os produtos paranaenses que voltam às prateleiras dos supermercados não foram fruto de reuniões aqui nesta Casa, entre os grandes proprietários de redes de supermercados e os pequenos produtores, é negar a verdade. Dizer que a CPI dos combustíveis não prestou serviço extraordinário, dentro das possibilidades de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, é negar.

Puxa vida! Negar que a CPI do Narcotráfico não cumpriu com seu papel, no que diz respeito à lavagem de dinheiro, a contribuição a problemas ligados ao IML e assim por diante, é negar a verdade. Então, o que é importante que se diga, dizer que a CPI dos Medicamentos não cumpriu com seu papel, como de igual maneira a CPI do Roubo de Cargas, que tem motivos de sobra para encerrar, quer encerrar as suas reuniões, porque já fez o que acha que deveria ter feito. Então, é importante que fique bem clara esta posição, nesta Casa: as CPI's cumpriam com seu papel. Algumas precisam de mais alguns dias, outras, de menos uns dias. E não podemos correr o risco de por questões eleitoreiras, nesta época de eleição, macular a imagem destas Comissões Parlamentares de Inquérito. Por esta razão é que nós, da maneira mais democrática possível, com as lideranças, com os membros das comissões, vamos discutir o que é que falta, o que precisa para que possamos concluir estes trabalhos. O objetivo é só este.

Concordo perfeitamente e louvo o trabalho, porque acompanhei de perto as dificuldades com que os presidentes e relatores das comissões tiveram, até para fazer suas reuniões, para deslocarem-se para o interior. Ainda hoje estamos com o deputado Accorsi com dificuldades em Maringá. Então, tem que se louvar o trabalho. Agora, imaginar que CPI é remédio para tudo é bobagem. CPI não resolve a vida de ninguém. As comissões cumprem com o seu papel. As nossas CPI's, aqui, vão dar, seguramente, uma contribuição às instituições permanentes do Estado.

Concordo com a preocupação do deputado Algaci Tulio. Concordo com a preocupação dos deputados se devemos prorrogar ou não. E vamos discutir isso: por quanto tempo, porque precisa uma, porque precisa outra. E, sem dúvida nenhuma, vamos mostrar a que vieram estas Comissões Parlamentares de Inquérito.

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Agradecendo Pela Ordem, só gostaria de fazer uma sugestão à Mesa no seguinte sentido o pronunciamento de Vossa Excelência acaba colocando uma situação desconfortável para a Oposição, do ponto de vista de que a Presidência assume aquilo que a Oposição tem colocado como que as CPI's não são prioridade, neste momento, no Estado do Paraná. Para nós, prioridade nas investigações, a CPI tem caráter político, também. Pode

até ser eleitoreiro, mas acho que ainda assim é legítimo, porque está na cobrança nas urnas dos eleitores, a má ou boa gestão do governo do Estado, entendemos que a prioridade, neste momento, seria a CPI Copel-Sercomtel, a CPI do Pedágio, entre outras.

Então, queremos fazer uma sugestão a Vossa Excelência no seguinte sentido, atendendo Pela Ordem, de que a Mesa não tomasse a decisão de alijar do processo de discussão a Oposição, como não sendo parte legítima. Até porque, a aprovação ou não do requerimento de prorrogação dependerá do voto do Plenário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento subscrito pelo senhor deputado Edgar Bueno, constante do expediente, solicitando licença sem remuneração a partir desta data até o dia 02 de outubro próximo, para tratar de assuntos de interesse particular. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 240/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que fica declarada a obrigatoriedade da instalação da disciplina de educação no trânsito no currículo das escolas públicas e privadas de 1º grau do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 240/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a incluir a disciplina Educação de Trânsito no Currículo das Escolas Públicas de Ensino Fundamental, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.08.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 622/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Rio Branco do Sul. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 196/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Sagrada Família Paróquia São João Batista, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/98, de autoria dos deputados Anibal Khury e Caíto Quintana, que dispõe que os exames para detecção do diabetes e da hipertensão arterial, serão realizados gratuitamente pelos postos de saúde no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. COM EMENDAS DA C.C.J. E PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA DE PLENÁRIO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 145/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria dos deputados Anibal Khury e Caíto Quintana, recebeu emenda de plenário, suprimindo seu artigo 2º e alterando a redação do seu artigo 3º.

Chamada a opinar essa Comissão de Constituição e Justiça apresenta Parecer Favorável a emenda de Plenário de autoria do deputado Valdir Rossoni.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Apoiamento:

Nereu Moura, Serafina Carrilho, Duílio Genari, Algaci Tulio, Cesar Seleme, Moysés Leônidas, Antonio Carlos Belinati, 01 ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, concedo a palavra ao deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)

Rapidamente, senhor presidente, porque este projeto mereceu na C.C.J. duas emendas, uma do deputado Valdir Rossoni, que é uma Emenda técnica, sem alterar o conteúdo do projeto. E outra emenda, que consta assinada pelo presidente e o relator. O projeto diz que os postos de saúde realizarão exames para detectar o problema de diabetes. E a emenda diz que “fica autorizado” o posto de saúde.

Gostaria de pedir vênua a este plenário, para uma colocação, para podermos entender que o que este par-

lamentar está pedindo neste projeto de lei é uma coisa muito simples. Pode aparentar despesas para o Estado, mas não. O projeto não fala no tratamento da diabetes, nem nada. O projeto fala em “exame para detectar diabetes e hipertensão”. Ora! O conjunto de aparelhos para detectar diabetes custa 200 reais. Considerando que temos no Estado 500, 600 postos de saúde, ou coisa semelhante, seriam 500 ou 600 multiplicado por 200 reais.

O que é que este exame faz? Se eu soubesse que estaria na ordem do dia, eu iria trazer o aparelho que tenho em casa, sem fazer “circo”, mas faria a medição na hora, este aparelho em 30 segundos dá o resultado: se a pessoa tem alteração ou não de açúcar no sangue. O Brasil tem 15 milhões de diabéticos, dos quais 7,5 milhões não sabe que tem diabetes. É a chamada diabetes senil, uma diabetes tipo II, que acomete as pessoas a partir dos 40 anos, por aí. Nesta sala seguramente, pessoas que moram na Capital, pessoas evoluídas e tal, devem ter diversas pessoas que têm. Se colocássemos uma moça para fazer o exame na saída, seguramente entre 8 a 10 pessoas, aqui nesta sala, iria perceber que tem diabetes e nunca soube. E continua comendo doces, balas, continua dificultando o organismo.

Diabetes não é uma doença que se perceba. Porque não dói a cabeça, não dá gripe, não dá nada. Ela vai contaminando todos os órgãos, gerando cegueira, inclusive, para alguns. E eu acho que isso é tão fácil. Um posto de saúde, a funcionário, e duzentos reais. A pessoa passa lá, mediu uma vez, não tem diabetes, vai embora. O projeto não está dizendo “faça o tratamento”. Está dizendo o seguinte: a pessoa vai evitar de consumir açúcar e tal para poder economizar para o Estado, inclusive, no futuro que ele tenha que fazer um tratamento de fígado, de pâncreas, de vista, uma série de coisas.

O meu encaminhamento, deputado Valdir Rossoni, é no seguinte sentido, de que nós rejeitássemos uma emenda da C.C.J. que diz o seguinte - que fica autorizado, porque sabe como é, esta história que fica autorizado acaba depois ninguém assumindo a responsabilidade. Mantemos o projeto com a sua emenda que dispensa a revogação de disposições em contrário, mas apenas tiramos esta emenda que diz que fica autorizado. Deixamos que o Estado fará, porque não custa nada, não traz nenhuma despesa, são duzentos reais por município para a pessoa ir lá no posto e saber se tem diabete ou hipertensão que mata tanta gente neste país.

Então, fica este pedido e de qualquer forma fica desde já o agradecimento porque de uma forma ou outra nós votaremos o projeto, mas eu acho que era preferível votar o projeto na forma originária de que os postos tivessem este aparelhinho tão fácil de comprar e tão importante para tantas e tantas pessoas.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, lamento não poder concordar com a proposta do deputado Caíto Quintana porque nós temos a posição da Secretaria de Saúde e esta emenda foi colocada por nós em cima de um estudo feito pela Secretaria de Saúde.

Então, nós gostaríamos de votar este projeto e aprovar a emenda da C.C.J..

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O que se discute, que se esclareça, nós vamos votar primeiro o projeto ressalvada a emenda. A discussão está se o projeto é aprovado na sua forma original ou se ele passa através do artigo 1º, um projeto autorizatório.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, existem duas emendas - uma de Plenário e uma da C.C.J.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeito. Em votação o projeto ressalvadas as emendas.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação emenda da C.C.J. que altera o artigo 1º, transformando o projeto em projeto autorizatório.

Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, para esclarecimento. Tenho aqui uma subemenda supressiva ao projeto da C.C.J. que é de autoria do deputado Valdir Rossoni que diz o seguinte - que o artigo 2º - esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Tudo bem, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, este não é o projeto da C.C.J..

A emenda da C.C.J.: **(Lê a Emenda).**

Esta é a emenda da C.C.J. Posteriormente há uma emenda supressiva ao artigo 2º. Aí sim uma emenda do deputado Valdir Rossoni, uma emenda de Plenário. Esta lei entrará em vigor na data sua publicação. Então, são duas emendas.

Em votação a emenda da C.C.J. que torna o projeto autorizatório. Deputados que rejeitam a emenda permaneçam como estão.

Os deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado. Há emenda de Plenário. Esta sim altera o artigo 2º, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/99, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que torna obrigatório a expedição de receitas médicas e odontológicas datil-

ografadas ou digitadas pelo computadores nos postos de saúde da rede pública estadual e municipal, inclusive consultórios médicos e odontológicos particulares em todo o Estado do Paraná.

Sobre o referido projeto, emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO

DE Nº 01, AO

PROJETO DE LEI Nº 470/99

Art.1º - É obrigatória a expedição de receitas médicas e odontológicas digitadas em computador, datilografadas ou escritas manualmente em letra de imprensa, forma ou caixa alta, nos Postos de Saúde da rede pública e nos consultórios médicos e odontológicos particulares (Resoluções 1154/84 e 1246/88, do Conselho Federal de Medicina).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.08.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Beto Richa, Algaci Tulio, Cesar Seleme, Pastor Edson Praczyk.

O SR. CLEITON KIELSE (Pela Ordem)

Talvez eu esteja equivocado senhor presidente, mas o Projeto 470/99 e o Projeto 071/00 teriam o mesmo texto e a mesma finalidade. Acharia até interessante o encontro dos projetos para não ter duplicidade como já tivemos no passado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vossa Excelência tem razão, há dois projetos similares e ambos recebem uma emenda de plenário, portanto retornam à C.C.J.

Lá serão anexados os dois. E nós, hoje ainda, conversando com a assessoria da Casa nós já criamos um mecanismo para evitar que isso ocorra, até porque existem projetos que podem ser perfeitamente unificados.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 055/00, de autoria do deputado Nereu Moura, fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran no município de Capitão Leônidas Marques. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo, em âmbito estadual, regulamentar a obrigatoriedade dos receituários médicos, provenientes da rede pública, a serem datilografados. **COM PARECERES**

FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. COM PLARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de nº 03, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, com apoioamento do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, nos seguintes termos:

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 071/2000**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edno Guimarães, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, em âmbito estadual, regulamentar a obrigatoriedade dos receituários médicos, provenientes da rede pública, a serem datilografados.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável às emendas nº 1 e nº 2 de Plenário.

Sala das Comissões, em 08.08.2.000

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Serafina Carrilho, Algaci Tulio, Cesar Seleme, Moysés Leônidas, Antonio Carlos Belinati, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk e 01 ilegível.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03
PROJETO DE LEI Nº 071/2000**

Fica acrescido o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 71/2000:

“Art. ... Fica obrigado ao médico da rede pública estadual além e datilografar as receitas médicas, indicar o nome do medicamento genérico ao receitado.”

Sala das Sessões, em 10.08.2.000.

(a) **EDNO GUIMARÃES**

Apoioamento:

Luiz Carlos Alborghetti

O Projeto retorna à C.C.J..

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 220/2000, de autoria do deputado Nelson Justus. Altera a redação do inciso XXXIII, do art. 1º da Lei nº 4245, de 28 de julho de 1960, que criou o município de Moreira Sales. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 220/97, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel - terreno de 600 m² com prédio, de propriedade do Estado, ao município de Cruzeiro do Sul. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado (Publ. no D.A. nº 69, de 14.05.97).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 220/97**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Durval Amaral, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar imóvel - terreno de 600m² com prédio, de propriedade do Estado, ao município de Cruzeiro do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.1.997.

(aa) **JOEL COIMBRA** - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Silva Litro, que dispõe sobre a abertura de crédito para o financiamento de áreas destinadas à pequena propriedade rural. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., CF. E C.A.IC.. (Publ. no D.A. nº 40, de 10.05.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 228/99**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 228/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Silva Litro, dispõe sobre a abertura de crédito para o financiamento de áreas destinadas à pequena propriedade rural.

Foram promovidas diligências junto à Superintendência do Paraná do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

O referido órgão federal prestou a seguinte informação: “O Projeto de Lei nº 228/99 de autoria do deputado Luiz Fernandes Silva Litro nos parece semelhante ao Programa do Governo Federal intitulado de Banco da Terra onde, em linhas gerais, os agricultores reunidos através de uma associação habilitam-se à aquisição de terra mediante financiamento com prazo de até 20 (vinte) anos para pagamento, não podendo ultrapassar o teto de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) por agricultor beneficiário.”

Foi enviado, ainda, o manual do Programa Banco da Terra.

É preciso salientar que esse programa federal está implantado no Estado do Paraná, com gerência do doutor

Humberto Malucelli Neto, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Diante dos fatos e considerando tratar-se de matéria autorizatória, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 228/99.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 228/99**

Do Projeto

De iniciativa do ilustre deputado Luiz Fernandes Silva Litro, o presente projeto de lei visa “autorizar o Chefe do Poder Executivo a abrir linhas de crédito através de Programa de Apoio ao Pequeno proprietário rural destinadas à aquisição de áreas e à realização de benfeitorias.”

Do Parecer

A douta Comissão de Constituição e Justiça chamada a emitir seu voto através do Relator, o ilustre deputado Antonio Carlos Belinati, acolheu o presente projeto de lei. Esta comissão, por este relator, observa que o projeto, de largo alcance social, sem dúvida atuará no desenvolvimento da pequena propriedade rural gerando oportunidades ao trabalhador rural e sua família. Ademais, o Estado do Paraná carece de um programa efetivo e consistente para a pequena propriedade rural, servindo desta maneira o texto legal como instrumento a ser desenvolvido pelo Estado em sua missão social.

Do voto

Do exposto somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 29.03.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
BETO RICHA - Relator

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 228/99**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Fernandes Silva Litro, tem por objetivo dispor sobre a abertura de crédito para o financiamento de áreas destinadas à pequena propriedade rural.

A matéria recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, entendemos ser o projeto de elevado interesse para o Estado do Paraná, vez que existem linhas de crédito que possibilitem ao agricultor adquirir área própria, sendo portanto, de largo interesse social.

Assim, somos de Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.05.2000.

(a) EDGAR BUENO - Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 228/99.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 625/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a delegacia da Mulher no município de Rio Branco do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.D.H.C. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 182 de 30.11.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 625/99**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Rio Branco do Sul.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 07.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CESAR SELEME - Relator

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 625/99**

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do senhor deputado Algaci Tulio, o presente projeto de lei objetiva o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Rio Branco do Sul.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a referida proposição se faz necessária devido a graves problemas sociais, especialmente envolvendo mulheres, que ocorrem no município de Rio Branco do Sul.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.2000

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
EDSON STRAPASSON - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 625/99

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Rio Branco do Sul.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, estar Comissão de Direitos e Cidadania entende que o presente projeto de lei possui fundamental importância para ajudar erradicar a violência contra a mulher neste município.

Conclusão

Sendo assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 11.04.2000

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK - Presidente
CESAR SELEME - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse, de declaração de Utilidade Pública para a Associação de Atendimento à Família e Infância (AAFI), de Porto Novo, no município de Adrianópolis e foro no município de Bocaiúva do Sul. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 087 de 26.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 221/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Atendimento à Família e Infância (AAFI), no município de Adrianópolis, Paraná, com sede no município de Adrianópolis e foro no município de Bocaiúva do Sul.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

Aprovado.

O SR. CLEITON KIELSE (Pela Ordem)

Senhor Presidente, eu queria aproveitar e convidar os deputados estaduais, nessa segunda-feira nós estaremos com todos os componentes do Ministério dos Trans-

portes no município de Adrianópolis discutindo o “Rima” sobre a estrada da Ribeira. A estrada da Ribeira foi assinada pelo ministro Eliseu Padilha, autorizada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, e que deve ter o lançamento da sua pedra fundamental no dia 17 desse mês, agosto, aonde eu convido todos os deputados que tenham até votos e tenham preocupação com aquela rodovia, que é uma rodovia centenária, Vossa Excelência conhece muito bem, que estejam presentes em Bocaiúva do Sul com o ministro Eliseu Padilha no próximo dia 17, repetindo, para nós termos um sonho realizado, que não é um sonho desse parlamentar, tenho certeza é o sonho do Estado do Paraná. E aproveitando para registrar em Ata também a presença do proprietário da Plunbum, o nosso ex-deputado federal, José Carlos Leprevost, duas vezes deputado federal e presidente do PRP estadual também.

Muito obrigado presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa apenas renova o convite para a Sessão Solene, hoje às 15:00 horas, em comemoração ao 146 anos da Polícia Militar do Estado. E também dizer do requerimento, deferir o requerimento do deputado Edgar Bueno solicitando licença sem remuneração a partir desta data até o dia 02 de outubro para tratar de assuntos de interesse particular. A Mesa defere o requerimento do deputado Edgar Bueno solicitando licença sem remuneração a partir desta data até o dia 02 de outubro para tratar de assuntos de interesse particular. A Mesa defere o requerimento do deputado Edgar Bueno ao tempo que ele desejar. Felicidades também na sua campanha.

Com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Aproveito também para cumprimentar a presença do deputado José Carlos Leprevost, para quem já tive o privilégio, na década de 70, senão me falha a memória, de arrumar alguns votos no Vale do Ivaí, na companhia do meu pai e outros amigos, nas dobradinhas que se construíram naquelas eleições.

Senhor Presidente, queremos cumprimentar o deputado Luiz Fernandes da Silva Litro - embora nem esteja presente neste momento -, pelo projeto 228/99, que vem justamente em somatória, aquilo que já colocamos há pelo uns oito, dez anos atrás, quando esta Casa aprovou a Lei Agrícola Estadual, que era a Instituição do Crédito Fundiário, que o Estado estabelecesse dentro da sua estrutura de trabalho, em favor da pequena propriedade, dos pequenos agricultores, agricultores familiares, o crédito fundiário. O projeto vem nesta linha. Vamos analisá-lo, agora, com mais profundidade e verificar se algumas emendas deveremos apresentar ou não e, evidentemente, é uma demonstração da preocupação do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, com as questões ligadas à agricultura familiar e ao pequeno produtor.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1481, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, com apoio dos senhores deputados Hermas Brandão e Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1485, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1486, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1487, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1488, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1483, de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 101, 514/99 e 187/2000.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/98.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 220/97, 625/99 e 221/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 360, 626/99 e 192/2000.

Levanta-se a sessão.